

**Despacho:** Aprovo o presente Programa de Procedimento

# CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPI.01/2025

**“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
DIVERSOS E DE MOBILIÁRIO NO ÂMBITO  
DO CTE DE INFORMÁTICA E INDUSTRIAL,  
POR LOTES”**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**MAIO 2025**

Cofinanciado por:



## SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### ARTIGO 1º

#### IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP) e, adota a seguinte designação **“Aquisição de equipamentos diversos e de mobiliário no âmbito do CTE de informática e industrial, por lotes”**, com referência interna CPI.01/2025, sendo os lotes designadamente:
  - 1.1. Lote 1 - Equipamento para Medição e Controlo de Eletrónica – CTE Industrial;
  - 1.2. Lote 2 - Mobiliário– CTE Informática;
  - 1.3. Lote 3 - Mobiliário – CTE Industrial;
  - 1.4. Lote 4 - Equipamento e material informático – CTE Informática;
  - 1.5. Lote 5 - Equipamento e material informático – CTE Industrial;
  - 1.6. Lote 6 – Equipamento de Eletrotecnia – CTE Industrial;
  - 1.7. Lote 7 – Equipamento de Automação, Pneumático e Hidráulico – CTE Industrial;
  - 1.8. Lote 8 – Equipamento de Mecânica – CTE Industrial;
  - 1.9. Lote 9 – Equipamento de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial;
  - 1.10. Lote 10 – Simuladores Didáticos de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial;
  - 1.11. Lote 11 – Impressoras 3D – CTE Industrial;
  - 1.12. Lote 12 – Impressoras 3D – CTE Informática.
2. O presente procedimento encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com os seguintes códigos:
  - 2.1. Lote 1 – CPV 31710000-6 Equipamento eletrónico (CPV complementar);
  - 2.2. Lote 2 e 3 – CPV 39100000-3 Mobiliário (CPV complementar);
  - 2.3. Lote 4 e 5 – CPV 30200000-1 Equipamento e material informático (CPV principal, por ser o que representa a maior componente financeira);
  - 2.4. Lote 6 – CPV 31000000-6 Maquinaria, aparelhagem, equipamento e consumíveis elétricos (CPV complementar);
  - 2.5. Lote 7 – CPV 31720000-9 Equipamento eletromecânico (CPV complementar);

- 2.6. Lote 8 – CPV 42990000-2 Máquinas diversas para usos específicos (CPV complementar);
- 2.7. Lote 9 – CPV 42600000-2 Máquinas-ferramentas (CPV complementar);
- 2.8. Lote 10 – CPV 34150000-3 Simuladores (CPV complementar);
- 2.9. Lote 11 e 12 – CPV 30232100-5: Impressoras e traçadores de gráficos (CPV complementar).

## **ARTIGO 2º**

### **OBJETO DO CONCURSO**

O presente concurso tem por objeto a **“Aquisição de equipamentos diversos e de mobiliário no âmbito do CTE de informática e industrial, por lotes”**, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do Caderno de Encargos.

## **ARTIGO 3º**

### **ENTIDADE ADJUDICANTE**

A Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 2.º n.º 2 do CCP, é a Amar Terra Verde, Lda, com sede na Praça das Comunidades Geminadas, n.º 1 4730-028 Vila Verde, Pessoa Coletiva n.º 504 595 067, com o número de telefone 253 322 016.

## **ARTIGO 4º**

### **DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar resulta da deliberação do Gerente, tomada na data da assinatura digital do presente Programa de Procedimento.

## **ARTIGO 5º**

### **FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO**

1. Amar Terra Verde, submeteu duas candidaturas no âmbito da componente 6 Qualificações e Competências (C6) do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional do Plano de Recuperação e Resiliência nos termos do Aviso n.º 01/C06-i01.01/2022, com o objetivo de proceder à criação de Dois Centros Tecnológicos Especializados, um na área Informática e outro a área Industrial, que possibilitará que a Escola fique equipada com os equipamentos mais sofisticados e avançados tecnologicamente, equivalentes aos que encontrarão nas empresas onde será realizada a formação em contexto de trabalho.
2. Na sequência da aprovação das referidas candidaturas, às quais foi atribuído o n.º 3829 para o Centro Tecnológico Industrial e n.º 3830 para o Centro Tecnológico de Informática, a EPATV tem a necessidade, na presente data, de adquirir equipamento para medição e controlo de eletrónica, mobiliário,

equipamento e material informático, equipamento de eletrotecnia, equipamento de automação, pneumático e hidráulico, equipamento de mecânica, equipamento de mecatrónica automóvel, simuladores didáticos de mecatrónica automóvel e impressoras 3D.

3. A satisfação da referida necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade de Entidade Adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.
4. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.

#### **ARTIGO 6º**

##### **CONCORRENTES**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1º a 20º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a Entidade Adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

#### **ARTIGO 7º**

##### **PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

Cofinanciado por:



As peças do presente procedimento são as seguintes:

1. Anúncio em Diário da República;
2. Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
3. O Programa de Procedimento e seus anexos;
4. O Caderno de Encargos e seus anexos.

## **ARTIGO 8º**

### **CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
2. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos estão disponíveis na sede da Entidade Adjudicante, na morada indicada no artigo 3º, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 10h às 16h), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma.
3. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no nº 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

## **ARTIGO 9º**

### **ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS**

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir também com o disposto nas alíneas seguintes:
  - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
  - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico

Cofinanciado por:



oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

#### **ARTIGO 10º**

##### **ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri do procedimento, no uso de competência delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

#### **ARTIGO 11º**

##### **ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso de competência delegada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, de acordo com o artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 5.

## **ARTIGO 12º**

### **ERROS E OMISSÕES**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, uma lista que identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores será disponibilizada pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **ARTIGO 13º**

### **PREÇO BASE**

1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato.
2. O valor base para cada um dos lotes foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na Cláusula 15.º do Caderno de Encargos.

## **SECÇÃO II – PROPOSTA**

### **ARTIGO 14º**

#### **PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. A proposta deve ser apresentada até às **17:00:00 horas do 30 º dia** a contar da data de envio do anúncio aos Serviços das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
3. **Os concorrentes podem apresentar proposta para um, para alguns, ou para todos os lotes objeto do procedimento.**

4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e **todos os documentos** que lhe associarem, independentemente do formato do ficheiro, de acordo na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e no artigo 9.º do presente Programa de Procedimento.
5. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificados de assinatura digital qualificada.

## **ARTIGO 15º**

### **PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A CONSTITUEM**

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, elaborados em conformidade com o artigo 57.º do CCP:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública;
  - I. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- a. **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (**Anexo I do Programa de procedimento**);
- b. **Proposta de preço**, de acordo com o **Anexo IV** do Programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c. **Fichas Técnicas dos bens a fornecer**, para o(s) lote(s) a que concorre, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- d. **Listas de preços unitários, conforma os Anexos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII**, consoante o(s) lote(s) a que concorre, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenham poderes para obrigar;
- e. **Declaração de Independência da Proposta** elaborada em conformidade com o **Anexo VI** ao presente Programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- f. **Certidão atualizada do registo comercial** (certidão permanente) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;



- g. No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
  - h. Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- 2. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
  - 3. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

#### **ARTIGO 16º**

##### **IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais, **à exceção das fichas técnicas dos artigos a fornecer para todos os lotes objeto do presente procedimento, as quais poderão ser apresentadas em língua inglesa.**

#### **ARTIGO 17º**

##### **PREÇOS DA PROPOSTA**

- 1. O valor total da proposta será o somatório do produto dos preços unitários apresentados na proposta do concorrente, pelas respetivas quantidades estimadas e previstas nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.
- 2. Os preços contantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não devem incluir o IVA.
- 3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.
- 4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer convergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **ARTIGO 18º**

##### **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

- 1. A adjudicação será efetuada por lote, de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, sendo o critério de adjudicação densificado por um conjunto de fatores,

correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea a), n.º 1, artigo 74.º do CCP de acordo com o modelo Anexo XIII do presente Programa de Procedimento.

2. A ordenação das propostas será efetuada de forma decrescente e obtida da aplicação do critério de adjudicação.

## **ARTIGO 19º**

### **CRITÉRIO DE DESEMPATE**

1. O critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate na primeira posição, para efeito de ordenação das propostas, serão aplicados, por lote, sucessivamente, os critérios definidos nas alíneas seguintes:

- a) 1.º Critério: Pontuação no fator “Preço total da proposta”, ficando ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a maior pontuação neste fator;
- b) 2.º Critério: Sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Escola Secundária Gago Coutinho. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos, correspondendo a 1.ª extração à proposta vencedora.

## **ARTIGO 20º**

### **PROPOSTAS COM VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **ARTIGO 21º**

### **NEGOCIAÇÃO**

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

## **ARTIGO 22º**

### **PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

## **ARTIGO 23º**

### **PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da Entidade Adjudicante, (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

#### **ARTIGO 24º**

##### **RETIRADA DA PROPOSTA**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando para o efeito comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

#### **ARTIGO 25º**

##### **CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

### **SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **ARTIGO 26º**

##### **LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma Acingov.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

## **ARTIGO 27º**

### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 18.º - Critério de adjudicação, do presente Programa de Procedimento.
2. Durante a fase de análise de propostas, o Júri do procedimento poderá solicitar amostras aos concorrentes de modo a analisar se os bens apresentados a concurso estão em conformidade com os requisitos técnicos exigidos no Caderno de Encargos e na legislação aplicável. Para o efeito o Júri do procedimento notificará o(s) concorrente(s) da data, hora e o local em que deverá ocorrer a entrega da(s) amostra(s) pretendidas, com a antecedência mínima de 3 dias úteis.
3. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP ou violem o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
4. As propostas de cuja análise resulte a verificação de qualquer causa de exclusão, não serão objeto de avaliação.
5. Constitui causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.
6. Quando da análise das propostas resultar a admissão à avaliação de uma única proposta para cada um dos lotes será dispensada a fase de avaliação de acordo com o modelo Anexo XVIII do presente programa de procedimento.

## **ARTIGO 28º**

### **ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

## **ARTIGO 29º**

### **SUPRIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

## **ARTIGO 30º**

### **RELATÓRIO PRELIMINAR**

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas, nos termos do artigo 27.º do presente Programa de Procedimento.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

## **ARTIGO 31º**

### **AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

## **ARTIGO 32º**

### **RELATÓRIO FINAL**

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

## SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO

### ARTIGO 33º

#### DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas.

### ARTIGO 34º

#### NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 35.º do Programa de procedimento;
  - b. Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - c. Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

## SECÇÃO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

### ARTIGO 35º

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob pena da adjudicação caducar, reprodução dos seguintes documentos:

Cofinanciado por:



- i. Declaração emitida conforme Anexo II do CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento (Anexo II do presente Programa de Procedimento);
  - ii. Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo III do presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - iii. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iv. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - v. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do número 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
  - vi. Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo e/ou código de acesso online para consulta eletrónica.
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

## **ARTIGO 36º**

### **IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
4. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no número anterior para apresentação dos documentos de habilitação para o respetivo lote pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
5. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.

Cofinanciado por:



6. Quando os documentos a que se referem as alíneas ii, iii, iv e v do n.º 1 do artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos nas alíneas ii, iii, iv e v do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
8. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
9. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
10. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.
11. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

#### **ARTIGO 37º**

##### **CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES**

1. No âmbito do lote 4 será exigida ao adjudicatário a prestação de caução se o valor contratual for igual ou superior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a sua celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato.
2. Para os restantes lotes, se na eventualidade da adjudicação recair sobre o mesmo adjudicatário e esta versar sobre valor igual ou superior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), será exigida a prestação de caução no valor de 5% do valor contratual da totalidade dos lotes.
3. O adjudicatário do lote 4 deve prestar a caução nos termos do n.º 2 do artigo 90.º do CCP, no prazo de 10 dias úteis contados desde a data de envio da notificação da decisão de adjudicação, sendo admissível por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária



autónoma e irrevogável, ou ainda por seguro-caução, conforme modelos em anexo, designadamente, Anexo XIX e Anexo XX do presente Programa de Procedimento.

4. O depósito em dinheiro ou em títulos deverá ser efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante, com a indicação do fim a que se destina.
5. No caso de o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar igualmente um documento pelo qual um estabelecimento legalmente autorizado assegure até ao limite do valor da caução o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.
6. Se a caução for prestada por seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar a apólice, pela qual a entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações previstas no contrato.
7. O adjudicatário deverá comprovar que prestou caução junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.

#### **ARTIGO 38º**

##### **NÃO PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

1. A adjudicação do lote caduca, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### **ARTIGO 39º**

##### **NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a. No prazo fixado no n.º 1 do artigo 36.º do presente programa de procedimento;
  - b. No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
  - c. Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

### **SECÇÃO VI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Cofinanciado por:



#### **ARTIGO 40º**

##### **REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO**

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

#### **ARTIGO 41º**

##### **APROVAÇÃO E RECLAMAÇÕES DA MINUTA DE CONTRATO**

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
5. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

#### **ARTIGO 42º**

##### **OUTORGA DO CONTRATO**

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de trinta (30) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do prazo para a outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

#### **ARTIGO 43º**

##### **NÃO OUTORGA DO CONTRATO**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado no prazo fixado para o efeito, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.

Cofinanciado por:



2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável à Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

## **SECÇÃO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **ARTIGO 44º**

#### **PROVA DE DECLARAÇÕES**

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

### **ARTIGO 45º**

#### **FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

### **ARTIGO 46º**

#### **NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

### **ARTIGO 47º**

#### **ENCARGOS DO CONCORRENTE**

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável.

Cofinanciado por:



2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

#### **ARTIGO 48º**

#### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023 de 14 de julho e demais legislação em vigor.

#### **ANEXOS:**

- **Anexo I** – Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
- **Anexo II** – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP;
- **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- **Anexo IV** – Modelo de proposta de preço;
- **Anexo V** – Declaração da Independência da proposta;
- **Anexo VI** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 1;
- **Anexo VII** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 2;
- **Anexo VIII** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 3;
- **Anexo IX** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 4;
- **Anexo X** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 5;
- **Anexo XI** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 6;
- **Anexo XII** – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 7;
- **Anexo XIII** – Modelo de Lista de preços unitários – Lote 8;
- **Anexo XIV** – Modelo de Lista de preços unitários – Lote 9;
- **Anexo XV** – Modelo de Lista de preços unitários – Lote 10;
- **Anexo XVI** – Modelo de Lista de preços unitários – Lote 11;
- **Anexo XVII** – Modelo de Lista de preços unitários – Lote 12;
- **Anexo XVIII** – Modelo de Avaliação de propostas.
- **Anexo XIX** – Modelo de garantia bancária/seguro caução;

- **Anexo XX** – Modelo de guia de depósito bancário;
- **Caderno de Encargos**, inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do artigo 42.º do CCP.

## **ANEXO I - Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

## **ANEXO II - Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — .....(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses e inexistência de conluio**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º ..... relativo a ..... (objeto do contrato) lançado pela (entidade adjudicante), declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).



#### Anexo IV – Modelo de proposta de preço

(**designação do concorrente**), com sede na (**morada do concorrente**), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Concurso Público Internacional “**Aquisição de equipamentos diversos e de mobiliário no âmbito do CTE de informática e industrial, por lotes**”, com referência interna **CPI.01/2025**, lançada pela Amar Terra Verde, Lda., em conformidade com as peças de procedimento, pelo valor contratual global de \_\_\_\_\_ € (extenso), englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento de bens, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

**[Preencher apenas para o(s) lote(s) a que concorre]**

Lote	DESCRIÇÃO DOS LOTES (os bens a fornecer para cada lote, deverão estar de acordo com as descrições técnicas mínimas da Cláusula 31.ª do Caderno de Encargos)	PREÇO PARA O(S) LOTE(S) A QUE CONCORRE (S)IVA	PRAZO DE GARANTIA DOS BENS PROPOSTOS, EM MESES	PRAZO DE ENTREGA DOS BENS PARA CADA LOTE A QUE CONCORRE, EM DIAS
Lote 1	Equipamento de Medição e Controlo de Eletrónica – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 2	Mobiliário– CTE Informática	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 3	Mobiliário – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 4	Equipamento e material informático – CTE Informática	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 5	Equipamento e material informático – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 6	Equipamento de Eletrotecnia – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 7	Equipamento de Automação, Pneumático e Hidráulico – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 8	Equipamento de Mecânica – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 9	Equipamento de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 10	Simuladores Didáticos de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias
Lote 11	Impressoras 3D – CTE Industrial	_____€	_____ meses	_____ dias

<b>Lote 12</b>	Impressoras 3D – CTE Informática	____€	____ meses	____ dias
----------------	----------------------------------	-------	------------	-----------

Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal aplicável.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Mais declara que se renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(s) Responsável (éis) da Empresa

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local), ... (data), ... (assinatura digital do representante).

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.



**Anexo VI – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 1**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo VII – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 2**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo VIII – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 3**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo IX – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 4**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo X– Modelo de Lista de preços unitários - Lote 5**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XI – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 6**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XII – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 7**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XIII – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 8**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XIV – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 9**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XV – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 10**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XVI – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 11**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

**Anexo XVII – Modelo de Lista de preços unitários - Lote 12**  
[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

### Anexo XVIII – Modelo de avaliação para a totalidade dos lotes objeto do procedimento

Para todos os lotes objeto do presente procedimento o critério básico de apreciação de propostas é o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

Em cada um dos referidos lotes, a avaliação global de cada proposta resultará dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores.

O arredondamento dos resultados, qualquer que seja o fator ou subfactor, é considerado às centésimas.

O critério de avaliação de cada um dos lotes compõe-se pelos seguintes fatores:

FATORES	COEFICIENTE DE PONDERAÇÃO
<b>A. Preço total da proposta</b>	70%
<b>B. Garantia técnica dos bens</b>	15%
<b>C. Prazo de entrega dos bens</b>	15%

Em cada um dos mencionados lotes, a fórmula para obtenção da pontuação final é a seguinte, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$AP = 0,70 \times PP + 0,15 \times GT + 0,15 \times PE$$

Sendo,

AP = Avaliação da Proposta

PP = Pontuação no fator “Preço total da proposta”

GT = Pontuação no fator “Garantia técnica dos bens”

PE = Pontuação do fator “Prazo de entrega dos bens”

#### A. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO TOTAL DA PROPOSTA”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP = \left[ \frac{(PB - PC)}{PB} \right] \times 100$$

Em que,

**PB** = Preço base do lote;

**PC** = Preço total da proposta do concorrente para o lote em causa

#### B. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “GARANTIA TÉCNICA DOS BENS”

Este fator avaliará o prazo de garantia a que o concorrente pretende vincular-se, indicado na proposta, para o(s) lote(s) a que concorre:

A avaliação do fator “Garantia técnica dos bens” será pontuada de acordo com a seguinte escala, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

Na avaliação da garantia técnica para cada um dos lotes será aplicada a seguinte fórmula:

$$GT = \left[ \frac{GPC - GPMIN}{GMAX - GMIN} \right] \times 100$$

Sendo,

GPC = Prazo de garantia dos bens proposto pelo concorrente, em meses

GMIN = prazo mínimo da garantia = 36 meses

GMAX = prazo máximo de garantia = 60 meses (os concorrentes podem apresentar prazos de garantia superiores a 60 meses aos quais ficarão vinculados. No entanto, para efeitos de avaliação das propostas a todos os prazos de garantia superior a 60 meses será atribuída a pontuação de 100 pontos).

### C. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “PRAZO DE ENTREGA DOS BENS”

Para o apuramento da pontuação do fator Prazo de Execução (PE) serão atribuídas as pontuações entre os limites 0 (zero) e 100 (cem), de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$PE = \left[ \frac{(P_{m\acute{a}x} - PE_c)}{P_{m\acute{a}x}} \right] \times 100$$

Em que:

$P_{m\acute{a}x}$  = Prazo máximo de execução:

- Lote 1 - Equipamento de Medição e Controlo de Eletrónica – CTE Industrial – 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 2 - Mobiliário – CTE Informática – 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 3 - Mobiliário – CTE Industrial – 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 4 – Equipamento e Material Informática – CTE Informática - 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;

- Lote 5 - Equipamento e material informático – CTE Industrial –60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 6 – Equipamento de Eletrotecnia – CTE Industrial – 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 7 – Equipamento de Automação, Pneumático e Hidráulico – CTE Industrial – 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 8 – Equipamento de Mecânica – CTE Industrial - 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 9 – Equipamento de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial – 90 (noventa) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 10 – Simuladores Didáticos de Mecatrónica Automóvel – CTE Industrial - 120 (cento e vinte) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 11 – Impressoras 3D – CTE Industrial – 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato;
- Lote 12 – Impressoras 3D – CTE Informática – 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de entrada em vigor do contrato.

$PE_c$  = Prazo de execução apresentado pelo concorrente.

#### **Arredondamento da pontuação:**

Todos os fatores e subfactores serão arredondados às 2 casas decimais.

#### **Critério de desempate:**

No caso de existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesma pontuação final, o critério de desempate será:

- i. O preço global da proposta, vencendo o que for mais baixo;
- ii. Se se mantiver, o desempate será efetuado através de sorteio, sendo adjudicada a proposta sorteada.  
O sorteio é conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

### Anexo XIX – Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do lote 7 do procedimento com a referência CPI. 01/2025, relativo à **“Aquisição de equipamentos diversos e de mobiliário no âmbito do CTE de informática e industrial, por lotes”**, nos termos dos nº 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a \_\_\_\_% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[... (local),... (data),... (assinatura)].



## Anexo XX – Modelo de guia de depósito bancário

Euros.....€

Vai \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida no âmbito do lote 4 da **“Aquisição de equipamentos diversos e de mobiliário no âmbito do CTE de informática e industrial, por lotes”**, nos termos do Programa do Procedimento e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da \_\_\_\_\_ (Entidade Adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[... (local),... (data),... (assinatura)].